



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/05/2015

INDICE

1. AÇÕES CORREGEDORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. CASAMENTO COMUNITÁRIO	
2.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	2
2.2. JORNAL PEQUENO.....	3
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
3.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	5
3.3. JORNAL PEQUENO.....	6
4. EXECUÇÕES PENAIS	
4.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	7 - 9
5. JUÍZES	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	10
6. PRECATÓRIOS	
6.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	11
6.2. JORNAL PEQUENO.....	12
7. VARA CÍVEL	
7.1. JORNAL PEQUENO.....	13
8. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
8.1. JORNAL O PROGRESSO.....	14
8.2. JORNAL PEQUENO.....	15

Interessados em participar de casamento comunitário em São Luís já podem se preparar

Pessoas que residem na cidade de São Luís e que desejam realizar o sonho de oficializar a união já podem iniciar a organização da documentação. A realização de mais uma edição da celebração foi definida na tarde de quinta-feira (14), durante reunião entre a juíza corregedora Oriana Gomes, a Coordenação das Serventias da Corregedoria e cartórios de registro civil de São Luís. As inscrições terão início na Ação Global, que este ano acontece no dia 30 de maio, no Campus São Luís da Universidade Federal do Maranhão. Somente podem se inscrever interessados que morem na cidade de São Luís, capital.

O coordenador das Serventias da Corregedoria, Rafael Duarte, alerta que mais uma vez as inscrições serão limitadas. "É a oportunidade que muitas pessoas estão esperando, por isso é

preciso ficar atento. Após a Ação Global, vamos fazer um levantamento e verificar a necessidade de reabrir as inscrições, que terão prazo definido. O interessado também deve ficar alerta para a apresentação de toda a documentação necessária para a efetivação da inscrição", lembrou.

Por enquanto, não serão aceitas inscrições na sede da Corregedoria, somente durante a Ação Global. Os interessados devem ficar atentos para os critérios de apresentação de documentos em cada caso, conforme a sua situação. A documentação daqueles que vão casar pela primeira vez é diferente daqueles que já estão indo para o segundo matrimônio. No comparecimento para a inscrição, os casais devem apresentar as testemunhas do casamento e os documentos exigidos para a participação na celebração.

NO MARANHÃO

Justiça lança página eletrônica com lista de credores de precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) disponibilizou na quinta-feira (14), página eletrônica da Coordenadoria de Precatórios no Portal do Poder Judiciário. Com a iniciativa, os credores podem consultar as listas de ordem cronológica por ente devedor e as normas que orientam o pagamento de precatórios no Estado.

O objetivo é oferecer aos credores e demais interessados, mais informações sobre o pagamento das dívidas dos entes públicos no Maranhão por parte do Tribunal de Justiça.

"A página eletrônica vem efetivar um canal de comunicação direta dos usuários e credores com a Coordenadoria de Precatórios, solicitando informações relativas à ordem e deferimento de pagamento, pelo telefone (98) 3198.4319. O atendimento é feito de segunda a



Justiça do MA lança página eletrônica com lista de credores de precatórios

sexta-feira, das 8h às 18h", explica o juiz Roberto Abreu, auxiliar da Presidência do TJMA.

A Coordenadoria de Precatórios, que funciona atualmente em instalações em sala ampla e equipada na gestão da presidente do TJMA, desembargadora

Cleonice Freire, é responsável pelo processamento dos requisitos e pagamentos das dívidas das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipais, decorrentes de sentença judiciária.

O magistrado ressalta que a Coordenadoria realiza atos de ofício ou mediante

provocação, de modo a garantir efetiva e regular quitação das dívidas, com observância da ordem cronológica de apresentação e da conta dos créditos respectivos, respeitando as prioridades e preferências estabelecidas em sede constitucional.

LIMITE - Após a introdução do artigo 538-A no Regimento Interno do TJMA, as requisições de pequeno valor (RPVs) – dívidas que não excedem o limite constitucional ou o que for estabelecido por cada ente federativo, são processadas e liquidadas pelo juízo de execução.

"A Coordenadoria só atua no processamento e pagamento dessa modalidade de requisição para os casos em que a execução tenha sido processada perante o Tribunal de Justiça", conclui Roberto Abreu.

Menino Passarinheiro

Autor de diversas publicações na Revista da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, entre acórdãos e sentenças judiciais, o desembargador João Santana, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), prepara-se para lançar, ainda este ano, o livro intitulado Menino Passarinheiro, que traz poesias com relatos de particularidades de sua vida desde a infância.

A obra inaugura um momento novo na vida do desembargador, pois as lembranças do passado simples vidas em terras maranhenses ganham sentido significativo ao serem comparadas com as vivências experimentadas no momento presente de sua carreira. O título tem ligação com as preferências do magistrado, que se diz amante do canto dos pássaros e da natureza.

A escolha é justificada na narrativa poética em que figuram lugares, histórias e pessoas que marcaram a vida de um menino nascido no interior do Maranhão. A obra traz também composições que traduzem a fé e o sentimento religioso do poeta, com linguagem regionalizada e repleta de humor.

Obra poética

O desembargador João Santana, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), prepara-se para lançar, ainda em 2015, o livro *Menino Passari-nheiro*, composto de poesias que trazem o relato de particularidades da vida do magistrado, desde a sua infância. O livro



traz também composições que traduzem a fé e o sentimento religioso do poeta, com uma linguagem regionalizada e repleta de humor.

Preso pelo tornozelelo

Detentos com tornozeleiras eletrônicas são observados durante 24 horas em tempo real. No Maranhão, são 113 detentos vigiados por meio desses equipamentos eletrônicos em São Luís e em Imperatriz, Pedreiras, Bacabal e São Bernardo.

URBANO



SEGURANÇA

Núcleo de Monitoramento acompanha 113 detentos

DOUGLAS CUNHA

Detentos beneficiados com a saída vigiada através das tornozeleiras eletrônicas são observados durante 24 horas em tempo real. O mesmo acontece com casais que estão sob o regime de medidas protetivas impostas pela Justiça, e que têm que manter-se distantes. Quando o espaço determinado é violado, o Núcleo de Monitoramento é avisado pelo sistema e logo a polícia é acionada para dar proteção àquele que está sob ameaça. A informação chega ao núcleo em tempo real, ou seja, em vinte ou trinta segundos.

Apesar da dimensão do trabalho desenvolvido, o Núcleo de Monitoramento da Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap) está instalado em uma pequena sala onde os funcionários ficam amontoados e o coordenador não tem nenhuma privacidade. Mas este problema não inibe as ações do Núcleo. Dali, através de um monitor instalado na parede, os técnicos acompanham os passos das pessoas sob vigilância, tanto na capital como no interior do estado. Hoje são 113 detentos vigiados através das tornozeleiras eletrônicas em São Luís e em Imperatriz, Pedreiras, Bacabal e São Bernardo. Três casais, por medidas protetivas, também são vigiados.

Este trabalho do Núcleo de Monitoramento, conforme o seu coordenador, professor Luis Gonzaga Oliveira Melo, contribui efetivamente para que cri-

mes sejam evitados, visto que, quando há uma aproximação do homem com a mulher, violando o distanciamento determinado pela Justiça, o alarme toca no Núcleo e logo é mantido um contato com a mulher, que informa o que está ocorrendo e, em caso de haver ameaça, a polícia é acionada para dar-lhe garantias. Este monitoramento é feito através da tornozeleira que é instalada na perna do homem, enquanto que a mulher fica com um aparelho que permite sua localização e que é dotado de um dispositivo em que ela pode avisar o Núcleo que encontra-se em perigo, com apenas um toque em um botão.

Com relação ao detento monitorado, o coordenador Luis Gonzaga avalia que é um benefício que permite ao preso a sua reintegração na sociedade, visto que o referido pode trabalhar, estudar e desenvolver atividades religiosas, mesmo gozando de liberdade limitada, visto que, para receber tal benefício, tem que cumprir normas emanadas da Justiça. Gonzaga informa que os detentos, para receberem tal benefício, são avaliados pelos juízes das Varas de Execução, que são as autoridades que determinam o uso da tornozeleira. "O Sistema Prisional apenas cumpre a determinação judicial. Nenhum detento é beneficiado a não ser por ordem do Judiciário", afirmou.

O sistema de monitoramento eletrônico está sendo utiliza-

do há cinco anos no Brasil, iniciando pelo estado de São Paulo. No Maranhão, desde outubro do ano passado, e vem contribuindo para reduzir a população carcerária, evitando maiores despesas para o estado e que o apenado permaneça no presídio sofrendo ameaças e sendo obrigado a participar de organizações criminosas. O sistema funciona com dois chips de duas operadoras de telefonia móvel e através de satélites, com um núcleo em São Luís e outro em Curitiba que também procede a vigilância dos detentos monitorados. Durante o dia, o monitorado pode se locomover para qualquer lugar e o núcleo está acompanhando seu passos. À noite, não pode se afastar além de 50 metros de sua casa, recolhendo-se a partir das 22 horas.

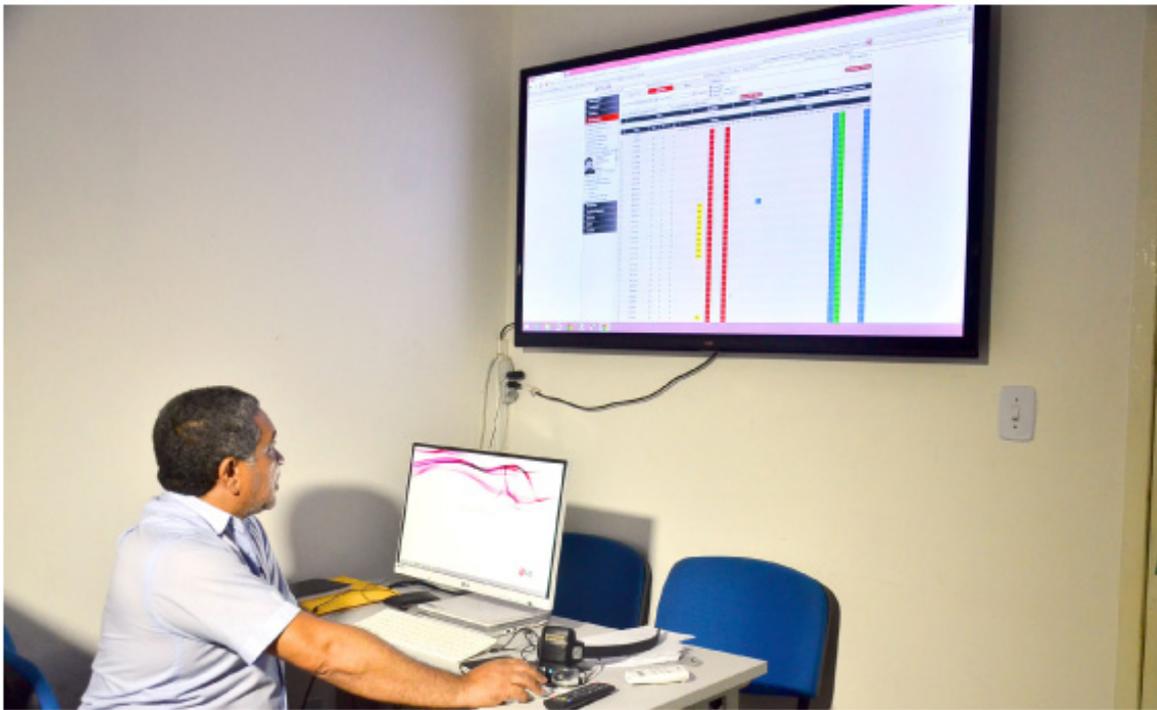
Sobre a tornozeleira

A tornozeleira é um equipamento dotado de uma fibra ótica que denuncia quando é violado, visto que não pode ser retirado de outra forma, sendo à prova d'água, possibilitando ao monitorado desenvolver suas atividades sem que necessariamente tenha que retirar o equipamento. Periodicamente é retirada pelos técnicos do Núcleo, para higienização.

Conforme o coordenador Luis Gonzaga, o Núcleo de Monitoramento realiza um trabalho didático com o detento e sua família sobre os benefícios

do uso da tornozeleira e seu alcance social, servindo inclusive para evitar que o apenado monitorado venha a ser acusado de algum crime, visto que o núcleo sabe todos os lugares por onde o referido tenha andado. Também serve para comprovar sua participação caso tenha ocorrido.

O sistema é interligado online com a Central de Monitoramento de Curitiba, que informa qualquer problema com a tornozeleira usada pelo monitorado. Adiantou Luis Gonzaga que os serviços do Núcleo de Monitoramento serão ampliados com a integração de outros profissionais como psicólogos e assistentes sociais. Formando uma equipe interdisciplinar para melhor assistir ao apenado, assim como aos casais acolhidos pelas medidas.



CLAYTON MONTELES/ASCOM SEJAP

Técnicos acompanham por sistema a movimentação dos detentos



Monitoramento é feito através da tornozeleira instalada na perna com um aparelho que permite localização

Vara da Infância de Imperatriz realiza passeio ciclístico contra o abuso sexual de menores

Tudo pronto para o passeio ciclístico que a Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz promove no próximo domingo (17). O evento, que tem por objetivo o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, tem como ponto de partida o Fórum da comarca (Rua Rui Barbosa, s/n, Centro). A saída está marcada para as 8h. O evento antecede o Dia Nacional do Combate Sexual de Crianças, celebrado em 18 de maio.

Sob o comando do titular da unidade, juiz Delvan Tavares, e com a participação da equipe da Vara, os ciclistas irão percorrer as ruas de bairros da periferia da cidade.

Em sua segunda edição, o passeio conta este ano com um percurso maior do que o percorrido no ano de 2014 (6km) e contempla ruas de bairros da periferia da cidade. O trajeto maior por onde deve passar o grupo de ciclistas comandados pelo titular da Vara da Infância, juiz Delvan

Divulgação



A primeira edição do passeio reuniu cerca de 300 participantes

Tavares, e equipe de servidores da unidade, busca alcançar uma parcela significativa da população no alerta ao crime.

Segundo o magistrado, Polícia Militar, Secretaria de Trânsito, Corpo de Bombeiros darão apoio à iniciativa da Vara da Infância. Uma vez que o trajeto compreende trechos de rodovia federal, a Polícia Rodoviária Federal

integra o grupo parceiro. Um café da manhã recepciona os participantes no local da chegada.

Camisa - Não é necessária inscrição para participar do passeio ciclístico. Quem quiser se juntar ao grupo deve se dirigir ao local da concentração (Fórum). Camisas alusivas ao evento serão distribuí-

das entre os participantes.

Na expectativa do juiz da Vara da Infância, a participação popular na iniciativa deve ser o triplo da registrada na primeira edição, ocorrida no dia 18 de maio de 2014, quando cerca de 300 pessoas prestigiaram o evento.

Selo de reconhecimento - Além do passeio ciclístico, a Semana de Combate ao Abuso Sexual de Crianças promovida pela Vara da Infância conta ainda com palestras sobre o tema a ser proferidas por profissionais das áreas de Direito e Psicologia em escolas da cidade.

A entrega de um selo de reconhecimento a estabelecimentos comerciais (bares e similares) que respeitam os direitos da criança e dos adolescentes em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à portaria editada pela Vara da Infância também consta da programação. *(Marta Barros - Asscom)*

CÂMARA DOS VEREADORES

Magistradas destacam importância da regularização fundiária



A juíza auxiliar da Corregedoria Oriana Gomes e a titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luzia Neponucena, discutiram sobre a importância da regularização fundiária em audiência realizada na Câmara dos Vereadores, na terça-feira (12). As magistradas estão à frente do projeto de regularização de terras coordenado pela Corregedoria da Justiça do Maranhão e a Secretaria de Urbanismo de São Luís. A audiência contou com a participação de vereadores da Casa, deputados, secretários estaduais e municipais, representantes do ITERMA e SPU, além de tabeliães.

Para Oriana, a regularização traz benefício em diversas áreas e para a economia. “Com o título de propriedade definitivo, será possível ao cidadão contrair empréstimos para reforma e ampliação do imóvel, assim como representa facilidade na hora da compra ou da venda, já que poderá utilizar a modalidade financiamento”, esclareceu. De acordo com a

juíza corregedora, o Poder Judiciário tem avançado em relação ao tema.

A juíza Luzia Neponucena observou que “as leis são claras e basta segui-las para que tudo seja resolvido”. Para ela, “é com a união dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que todos os conflitos serão sanados. É com diálogos que procuramos resolver os problemas. Esta é uma ação que envolve vários fatores”, lembrou, citando, entre outros, “as invasões que dominam grande parte de São Luís”.

Ocupações irregulares – Baseado no Provimento 18/2013, da Corregedoria Geral da Justiça, que trata do tema, o projeto de regularização fundiária para a capital maranhense é fruto de um compromisso firmado entre a Corregedoria da Justiça e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação. Dados da Secretaria apontam para cerca de 60% de ocupações irregulares nos terrenos da cidade.

Casamento comunitário vai ser realizado em São Luís

Pessoas que residem na cidade de São Luís e que desejam realizar o sonho de oficializar a união já podem iniciar a organização da documentação. A realização de mais uma edição da celebração foi definida na tarde dessa quinta-feira (14), durante reunião entre a juíza corregedora Oriana Gomes, a Coordenação das Serventias da Corregedoria e cartorários de registro civil de São Luís. As inscrições terão início na Ação Global, que este ano acontece no dia 30 de maio, no Campus São

Luís da Universidade Federal do Maranhão. Somente podem se inscrever interessados que morem na cidade de São Luís, capital.

Por enquanto, não serão aceitas inscrições na sede da Corregedoria, somente durante a Ação Global. Os interessados devem ficar atentos para os critérios de apresentação de documentos em cada caso, conforme a sua situação.

A documentação daqueles que vão casar pela primeira vez é diferente daqueles que já estão indo para o segundo matrimônio. No comparecimento para a inscrição, os casais devem apresentar as testemunhas do casamento e os documentos exigidos para a participação na celebração.

Desembargador anuncia obra poética



O desembargador João Santana, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), prepara-se para lançar, ainda em 2015, o livro “Menino Passarinheiro”, composto de poesias que traz o relato de particularidades da vida do magistrado, desde a sua infância. Autor de diversas publicações na Revista da Escola Superior de Magistratura do Maranhão, entre acórdãos e sentenças judiciais, o autor diz que a obra inaugura um momento novo, em que as lembranças do passado simples, vivido em terras maranhenses, tomam sentido significativo ao serem compara-

das com as vivências experimentadas no momento presente da sua carreira.

AÇAILÂNDIA

Execução penal é tema de reunião com titular da Sejap

A execução penal na Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia foi tema de uma reunião realizada na quarta-feira (13), entre os representantes de instituições que atuam na execução penal no município e o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Murillo Andrade.

A reunião ocorreu na sede das promotorias de Justiça de Açailândia e contou com as presenças da promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia, titular da 6ª Promotoria de justiça, do juiz titular da 5ª Vara de Açailândia, Pedro Guimarães Júnior, dos defensores públicos Thiago Amin Castro e Clara Florentino e Silva, do diretor da Unidade Prisional de Açailândia, Michell Melo Ramos, e do diretor do Centro de Triagem de Imperatriz, Alberto Dumont de Bello Neto.

Na ocasião, foram discutidos 21 itens relativos à execução penal, entre os quais a chegada de mais agentes penitenciários, monitores, viaturas novas e outras

questões de ordem administrativa.

O secretário informou que, num prazo de cinco meses, serão enviados entre 10 e 12 agentes penitenciários para a unidade prisional. Nesse período, esses profissionais passarão por cursos de capacitação e de tiro, dentre outros.

Murillo Andrade afirmou que serão contratados 44 monitores para substituição dos atuais. Em 90 dias, será contratada, ainda, uma equipe de acompanhamento, formada por assistente social, pedagogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, assistente jurídico e quatro técnicos de enfermagem.

OUTROS ITENS – Outro ponto abordado foi a aquisição de viaturas para a comarca. Segundo o secretário, cada unidade terá no mínimo uma viatura, num prazo de 90 dias. Ainda foram debatidas questões relativas a fardamento e alimentação dos detentos, contratação de médico, escolta de presos para São Luís, apuração de faltas disciplinares, revista íntima e projeto de educação de jovens e adultos. *(Ascom MPMA)*

TJMA disponibiliza página eletrônica com lista de credores de precatórios do MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) disponibilizou a página eletrônica da Coordenadoria de Precatórios no Portal do Poder Judiciário. Com a iniciativa, os credores podem consultar as listas de ordem cronológica por ente devedor e as normas que orientam o pagamento de precatórios no Estado. O objetivo é oferecer aos credores e demais interessados mais informações sobre o pagamento das dívidas dos entes públicos no Maranhão por parte do Tribunal de Justiça. A Coordenadoria é responsável pelo processamento dos requisitos e pagamentos das dívidas das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipais, decorrentes de sentença judiciária. O magistrado ressalta que a Coordenadoria realiza atos de ofício ou mediante provocação, de modo a garantir efetiva e regular quitação das dívidas, com observância da ordem cronológica de apresentação e da conta dos créditos respectivos, respeitando as prioridades e preferências estabelecidas.

Comunicação eletrônica vai agilizar processos contra planos de saúde

Por meio de um termo de cooperação firmado com a 15ª Vara Cível de São Luís, os planos de saúde darão, em 24 horas, por meio eletrônico, as informações requeridas pela unidade judiciária, nos processos contra as referidas empresas. O termo foi assinado na quinta-feira (14) pela Cassi, Assefaz e Postal Saúde e deve ser estendido a outras operadoras que atuam na capital.

Conforme o documento, os planos deverão enviar, por co-

municação eletrônica (e-mail), as informações sobre as razões de negativa de cobertura de procedimento médico solicitado ou de fornecimento de órtese, prótese ou material cirúrgico. O magistrado também requisitará outras informações que considerar necessárias para anuise do pedido feito por usuários dos planos. Inicialmente, o termo será utilizado somente pela 15ª Vara Cível, mas poderá ser adotado por outras unidades

judiciárias.

O juiz titular da unidade, Alexandre Lopes de Abreu, destacou que a demanda de saúde exige uma decisão urgente e que é necessário utilizar os recursos tecnológicos para agilizar a solução de conflitos. Segundo o magistrado, a comunicação eletrônica garantirá maior rapidez, pois os planos enviarão em 24h as informações solicitadas e, a partir de confrontados os argumentos das partes – usuários e operadoras – o juiz poderá dar uma decisão mais rápida. O magistrado informou que em média, as 16 varas cíveis de São Luís recebem por mês, cada uma, 20 novos processos envolvendo a saúde suplementar.

Para Maristela Laforga, gerente da Cassi, o termo de cooperação vai ajudar as operadoras a subsidiarem o magistrado com informações mais precisas sobre o teor da demanda levada à justiça pelo usuário que teve algum procedimento de saúde negado pelo plano. Eva de Queiroz, gerente regional do Postal Saúde, que atende os funcionários dos Correios, afirmou que essa é uma iniciativa pioneira no Brasil e que a comunicação eletrônica entre Judiciário e operadoras dará oportunidade para que os planos de saúde possam “esclarecer os fatos; o que realmente ocorreu com o associado que teve algum atendimento negado”.



DIVULGAÇÃO

Assinatura do Termo de Cooperação e a 15ª Vara Cível de São Luís e os planos de saúde

Passeio ciclístico em Imperatriz

Tudo pronto para o passeio ciclístico que a Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz promove amanhã (17). O evento, que tem por objetivo o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, tem como ponto de partida o Fórum da comarca (Rua Rui Barbosa, s/n, Centro). A saída está marcada para as 8h. O evento antecede o Dia Nacional do Combate Sexual de Crianças, celebrado em 18 de maio. Sob o comando do titular da unidade, juiz Delvan Tavares, e com a participação da equipe da Vara, os ciclistas irão percorrer as ruas de bairros da periferia da cidade.